É oficial: Portugal é o primeiro país a proibir extracção de minerais no fundo do mar até 2050

Aline Flor – Público - 1 de abril de 2025

Entra em vigor esta terça-feira a moratória até 2050 sobre a mineração em mar profundo em águas portuguesas, tornando-se Portugal o primeiro país a consagrar em lei a protecção dos fundos marinhos de actividades de extracção mineira, que têm um potencial de destruição de longo prazo. (...)

Portugal foi o primeiro país a aprovar uma legislação deste tipo a nível nacional, mas há alguns territórios pelo mundo que já o fizeram. Por exemplo, em Julho de 2024, o Havai tornou-se o quarto estado norte-americano da costa do Pacífico a decretar uma proibição total da extracção mineira nos fundos marinhos.

Em Maio de 2023, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprovou uma resolução em que recomendava ao governo regional que aplique uma moratória à mineração em mar profundo em zonas marítimas sob gestão da Região Autónoma dos Açores, até 1 de Janeiro de 2050, incluindo actividades de prospecção. (...)

Os metais cobiçados neste tipo de mineração encontram-se em depósitos no fundo do mar – a uma profundidade a partir da qual a luz começa a deixar de penetrar nas águas, o que acontece a cerca de 200 metros –, do tamanho de batatas, conhecidos como nódulos. Estes depósitos contêm metais raros como cobalto e níquel, materiais que são usados para fabricar as baterias de carros eléctricos e várias outras aplicações ligadas à transição energética.

A sua extracção, contudo, pode gerar impactos cuja dimensão ainda não se conhece a fundo. É em nome de mais tempo para a investigação científica que, por todo o mundo, têm surgido apelos a uma pausa precaucionária deste tipo de extracção.

Na semana passada, foram publicados os resultados de um estudo na zona Clarion-Clipperton, no oceano Pacífico, situada cinco mil metros abaixo da superfície, sensivelmente a meio caminho entre o México e o Havai. Estima-se que se encontrem mais de 21 mil milhões de toneladas de nódulos metálicos nesta região vasta e plana conhecida como planície abissal.

Os investigadores estudaram uma área de Clarion-Clipperton onde, em Março de 1979, foi colocada uma máquina mineira experimental de 14 metros, numa primeira experiência de mineração. A máquina extraiu uma quantidade desconhecida de nódulos durante quatro dias, utilizando um ancinho mecânico rotativo.

Passadas mais de quatro décadas após esta extracção, "os impactos biológicos em muitos grupos de organismos são persistentes", concluíram os cientistas. Ainda assim, algumas pequenas espécies, capazes de se mover, começaram a apresentar sinais de recuperação. Os vestígios do teste também ainda são evidentes: as marcas feitas pela passagem da máquina no fundo do mar, faixas separadas por oito metros entre si, continuam nítidas, como se tivessem acabado de ser feitas. (...)

"Há 32 países que hoje em dia fazem parte de uma coligação que defende uma moratória contra a mineração submarina. Mas Portugal vai consagrar essa moratória em lei do Parlamento e, com isso, Portugal vai ganhar créditos, obviamente, na sua posição de liderança internacional na agenda do oceano", afirmou à Lusa o presidente executivo da Fundação Oceano Azul, Tiago Pitta e Cunha, quando o diploma foi aprovado pelo Parlamento.

A introdução de uma moratória à mineração em mar profundo corresponde aos apelos de várias organizações de defesa do ambiente e está em consonância com o consenso científico nesta matéria, devido aos riscos que a extracção de minério com maquinaria pesada comporta para os ecossistemas e a pesca.

"Que essa notícia corra o mundo. Não sei se vai correr, mas seria muito importante, porque a questão da mineração do mar profundo é a última irresponsabilidade da espécie humana", afirmou Tiago Pitta e Cunha.

https://www.publico.pt/2025/04/01/azul/noticia/oficial-portugal-pais-proibir-extraccao-minerais-fundo-mar-ate-2050-2128018